

Senhores Acionistas: Em cumprimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2020.

A Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em reais)							
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	269.169	626.913	Fornecedores		21.782	120.043
Impostos a recuperar	10	456.110	372.452	Obrigações tributárias	15	16.834	19.562
Adiantamento a fornecedores		26.864	79.483	Parcelamentos tributários	18	82.137	77.795
Despesas antecipadas		103.002	13.092	Obrigações sociais	16	193.501	187.212
		855.145	1.091.940			314.254	404.612
Não Circulante				Não Circulante			
Depósitos judiciais	11	3.273.945	18.378	Obrigações tributárias	15	778.229	778.229
Partes relacionadas	12	25.928.668	18.458.000	Provisão de contingência	19	600.000	-
		29.202.613	18.476.378	Parcelamentos tributários	18	213.689	368.914
Investimentos	13	4.019.004	10.358.119	Partes relacionadas	12	23.293.200	10.157.539
Imobilizado	14	7.591.994	8.338.675			24.885.118	11.304.682
Intangível		3.281.628	3.278.709	Patrimônio Líquido			
		44.095.239	40.451.881	Capital social	19	111.825.701	111.825.701
				Prejuízos acumulados		(92.074.689)	(81.991.174)
						19.751.012	29.834.527
Total do Ativo		44.950.384	41.543.821	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		44.950.384	41.543.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em reais)						
	Nota	Capital Social	AFAC	Ações Próprias em Tesouraria	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 1º/01/2018	21	44.907.228	118.802.894	(5.200.000)	(71.013.336)	87.496.786
Aumento de capital		137.931.809	(118.802.894)	-	-	19.128.915
Redução de capital		(71.013.336)	-	-	71.013.336	-
Cancelamento de ações em tesouraria		-	-	5.200.000	(5.200.000)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(76.791.174)	(76.791.174)
Saldo em 31/12/2018	21	111.825.701	-	-	(81.991.174)	29.834.527
Prejuízo do exercício		-	-	-	(10.083.515)	(10.083.515)
Saldo em 31/12/2019	21	111.825.701	-	-	(92.074.689)	19.751.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras (em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia, constituída em 27 de outubro de 2000 na forma de sociedade por ações de capital fechado, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) a exploração de gás bioquímico para fins diversos; (ii) a geração e comercialização de energia elétrica; (iii) a comercialização de gás bioquímico e/ou de produtos dele derivados; (iv) a comercialização de quaisquer outros títulos advindos de benefícios ambientais e (v) a participação em outras sociedades que tenham objeto correlato ao da Companhia. Durante o exercício de **2019**, a exploração do Aterro Bandeirantes, conforme contrato de concessão 18/SVMA/2000, permitiu a coleta de um volume de **21.324.709** Nm³ de biogás, com teor médio de metano (CH₄) da ordem de **42,67%**, o que corresponde a uma coleta de aproximadamente **9.021.273** Nm³ de gás metano (CH₄). Deste total, aproximadamente **99,99%** foi utilizado como combustível para a geração de energia elétrica (**25.367,87 MWh**) na UTE Bandeirantes e a parcela restante foi queimada nos queimadores (Flares) para destruição do gás metano. Considerando-se as emissões reduzidas no exercício de 2019, pela destruição do gás coletado e pela geração de energia de fonte renovável, a operação da Companhia permitiu a verificação de um total de emissões evitadas equivalente a **128.613** tCO₂. Atualmente a Companhia tem **556.227** CER's disponíveis para comercialização imediata e **117.186** passíveis de certificação e emissão pela UNFCCC. A empresa possui um acumulado de **673.413** créditos de carbono (CER's). A operação dos ativos operacionais da Biogás Energia Ambiental S.A., está sendo feita pela sua controlada São João Energia Ambiental S.A. A contabilização da energia gerada pelos ativos da Biogás no aterro sanitário Bandeirantes, está sendo contabilizado junto a CCEE no papel do agente cadastrado da São João. Assim, procurou-se otimizar a operação e reduzir seus custos operacionais. Atualmente encontra-se em discussão junto a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a renovação da Concessão existente. A assinatura dessa renovação, deverá ocorrer no primeiro semestre de 2020. a) Em 2019 a Companhia decidiu alienar 100% da sua participação societária na controlada São João Energia Ambiental S.A. Em 28 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou contrato de compra e venda da integralidade das ações de sua controlada São João Energia Ambiental S.A. e de outros ativos do seu imobilizado, sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes. O novo controlador dará continuidade aos contratos de operação existentes. A Companhia optou por não reclassificar este investimento para o ativo disponível a venda até o momento do cumprimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda assinado entre as partes. **2. Entidades de grupo:** Segue abaixo lista das controladas e coligadas do grupo.

Controladas e coligadas	Direta	2019	%	Direta	2018	%
São João Energia Ambiental S.A. (i)	Controlada	100%		Controlada	100%	
Gás Verde S.A. (ii)	Coligada	6,65%		Coligada	6,65%	
(i) A Companhia optou por não consolidar tal investimento por considerá-lo descontinuo, uma vez que a venda deste ativo foi comunicada na nota explicativa 1(a). (ii) Dispensa da consolidação baseado em premissas da legislação societária. 3. Base de preparação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as respectivas Normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que os aprovaram. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de abril de 2020. 4. Mudanças nas políticas contábeis: As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: • IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos" : com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Administração concluiu que a nova norma em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, não gerou impacto nas suas demonstrações. (a) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las quando entrarem em vigência: Alterações ao IAS 1 " <i>Presentation of Financial Statements</i> " e IAS 8 " <i>Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors</i> "; em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual. Alterações ao IFRS 3 " <i>Business Combinations</i> ": em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020. A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir <i>inputs</i> e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de <i>outputs</i> ; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de <i>outputs</i> , cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos. 5. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. 6. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despe-						

sas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a) Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:** Não foram identificadas informações relevantes sobre julgamentos, estimativas e/ou premissas realizados na aplicação das políticas contábeis que pudessem ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia. **7. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **8. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas a seguir foram adotadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Receita operacional:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber decorrente da venda de produtos. **b) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • receita de juros; • despesa de juros; • ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **c) Moeda estrangeira:** A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **e) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas categorias de "Valor justo por meio do resultado" e "Empréstimos e recebíveis". A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **i. Ativos financeiros não derivativos - mensuração:** Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **ii. Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **iii. Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. **iv. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. **f) Redução ao valor recuperável (impairment):** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui, dentre outros: • dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; • inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; • quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **g) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes foi registrado pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente. O imposto corrente é reconhecidos no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **i. Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em reais)			
	Nota	2019	2018
Receita operacional bruta		53.550	28.503
Impostos sobre as vendas		(4.954)	(2.637)
Devoluções/Abatimentos de vendas		-	(3.384)
Receita operacional líquida		48.596	22.482
Custos operacionais	20	(247.097)	(351.163)
Prejuízo bruto		(198.501)	(328.681)
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	21	(2.765.252)	(2.253.693)
Resultado financeiro	22	(24.933)	(7.088.820)
Depreciações e amortizações		(755.714)	(800.380)
Equivalência patrimonial	13	(6.339.115)	(58.173.831)
Prejuízo operacional		(10.083.515)	(68.645.405)
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		(10.083.515)	(68.645.405)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	(8.145.769)
Prejuízo do exercício		(10.083.515)	(76.791.174)
Quantidade de ações		68.317.552	68.317.552
Prejuízo por ação - R\$		(0,15)	(1,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em reais)		
	2019	2018
Prejuízo líquido do exercício	(10.083.515)	(76.791.174)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(10.083.515)	(76.791.174)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em reais)		
	2019	2018

Atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(10.083.515)	(76.791.174)
Depreciações e amortizações	755.714	800.380
Resultado de equivalência patrimonial	6.339.115	58.173.831
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	8.145.769
	(2.988.686)	(9.671.194)

(Aumento)/Redução de ativos		
Impostos a recuperar	(83.658)	(62.821)
Despesas antecipadas	52.620	(26.868)
Demais contas a receber	(3.345.478)	192.727
	(3.376.516)	103.038

Aumento/(Redução) de passivos		
Fornecedores	(98.261)	(428.335)
Obrigações tributárias	(153.611)	(186.100)
Obrigações sociais	6.289	47.154
Provisão de contingência	600.000	-
	354.417	(567.281)

Caixa líquido (aplicado)/proveniente de atividades operacionais	(6.010.785)	(10.135.437)
Atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	(11.952)	(30.781)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente de atividades de investimentos	(11.952)	(30.781)
Atividades de financiamentos		
Operações com partes relacionadas	5.664.994	(8.393.051)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	(118.802.895)
Aumento de capital	-	137.931.810
Caixa líquido (aplicado)/proveniente de atividades de financiamentos	5.664.994	10.735.864
Aumento ou redução líquido em disponibilidade	(357.743)	569.646
Modificações nas disponibilidades líquidas		
Saldo no início do exercício	626.913	57.267
Saldo no final do exercício	269.170	626.913
Aumento ou redução líquido em disponibilidade	(357.743)	569.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. **ii. Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal acumulado apurado em livros fiscais, porém optou pelo não reconhecimento societário deste direito tributário. **i. Imobilizado: i. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **ii. Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **iii. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica e nos prazos dos contratos de concessão. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	2019	2018
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Instalações	10%	10%
Veículos	20%	20%
Computadores e periféricos	20%	20%
Telefonia	10%	10%
Usina de gás	6,66%	6,66%
Rede de gás	6,66%	6,66%
Geração de energia	6,66%	6,66%
Linha de transmissão	6,66%	6,66%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são

continua...

reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **j) Ativos diferidos:** A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido, referente a despesas pré operacionais, até a sua realização total por meio de amortização total. Esses ativos são amortizados linearmente pelo período de 10 anos. **k) Ativos intangíveis: Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura:** O ágio resulta da aquisição do investimentos na controlada São João e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Esse ágio não é amortizado contabilmente e somente será baixado por alienação ou por *impairment*, quando identificada necessidade de registro de perdas. Conforme divulgado na nota explicativa nº 1(a), com a venda da participação na controlada São João, a Companhia espera amortizar no exercício de 2020 o saldo que mantem historicamente registrado a título de ágio. **Software:** As licenças de softwares adquiridas são registradas com bases nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. A taxa de amortização para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	2019	2018
Software	20%	20%
Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.		
l) Avaliação de recuperabilidade de ativos não financeiros: Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Entretanto, a Administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. Conforme descrito na nota explicativa nº 01, a receita gerada pelos ativos não financeiros foram cedidas à controlada São João Energia Ambiental S.A. da qual a Biogás Energia Ambiental S.A. é controladora da totalidade de 100% de suas ações. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. m) Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. n) Provisões: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa de desconto antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. o) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos pelos valores efetivamente contratados. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo valor contratado acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incon-		

14. Imobilizado	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Informática	Benfeitorias em 3ºs
Custo ou custo atribuído					
Saldo em 1º/01/2018	62.495	241.340	126.936	166.192	1.483
Adições	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	62.495	241.340	126.936	166.192	1.483
Adições	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	62.495	241.340	126.936	166.192	1.483
Depreciação e perdas no valor recuperável					
Saldo em 1º/01/2018	(52.400)	(131.140)	(106.590)	(153.590)	(1.483)
Depreciação no período	(1.716)	(11.634)	(1.879)	(3.969)	-
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	(54.116)	(142.774)	(108.469)	(157.559)	(1.483)
Depreciação no período	(1.569)	(11.634)	(1.879)	(3.476)	-
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	(55.685)	(154.408)	(110.348)	(161.035)	(1.483)
Valor contábil					
Em 1º/01/2018	10.095	110.200	20.346	12.602	109.665
Em 31/12/2018	8.379	98.566	18.467	8.633	96.368
Em 31/12/2019	6.810	86.932	16.588	5.157	85.563

15. Obrigações tributárias	2019	2018
Federal		
IRRF	16.369	16.835
CSRF	465	2.643
Multa Isolada - CSLL	778.229	778.229
	795.063	797.707
Municipal		
ISS	-	84
	-	84
	795.063	797.791
Passivo circulante	16.834	19.562
Passivo não circulante	778.229	778.229
16. Salários, férias e encargos sociais	2019	2018
Salários e honorários a pagar	52.222	52.154
Provisão de férias e encargos sobre férias	25.322	24.100
	77.544	76.254
Encargos sociais		
INSS	16.455	16.311
FGTS	6.151	6.106
Parcelamento previdenciário	93.351	88.541
	115.957	110.958
	193.501	187.212

17. Provisões de contingência
Passivo não circulante

Contingência trabalhista	2019	2018
	600.000	-
	600.000	-

Refere-se a contingência referente à processo trabalhista movido contra a Companhia no ano de 2012, atualmente com probabilidade de perda provável conforme relatório dos advogados externos.

18. Parcelamento tributário	2019	2018
INSS	146.340	227.323
IRPJ	149.486	219.386
ICMS	-	-
CSRF	-	-
	295.826	446.709

Circulante	82.137	77.795
Não Circulante	213.689	368.914
Os parcelamentos tributários classificados a longo prazo tem os seguintes vencimentos anuais:		
Ano		Em reais
2021		129.133
2022		84.556
		213.689

19. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social da Companhia é de R\$ 111.825.701 dividido em 68.317.552 ações, sendo 34.158.776 ações ordinárias e nominativas, de uma só classe, todas sem valor nominal e 34.158.776 ações preferenciais e nominativas, de uma só classe, todas sem valor nominal, inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício

Administração às Demonstrações Financeiras (em reais, exceto quando indicado de outra forma)

dicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. A Companhia liquidou todos os contratos que mantinha à título de empréstimos e financiamentos. **p) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, exceto por determinação dos acionistas da Companhia.

9. Caixa e equivalentes de caixa	2019	2018
Caixa e bancos	258.163	626.741
Aplicações financeiras	11.006	172
	269.169	626.913

As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

10. Impostos a recuperar	2019	2018
Ativo circulante		
Imposto de renda (i)	291	984
PIS e Cofins (ii)	294.500	210.150
Outros (iii)	161.319	161.318
	456.110	372.452

(i) Refere-se basicamente a tributos de retenção na fonte sobre faturas e aplicações financeiras; (ii) Refere-se a créditos de PIS e Cofins apurados sob o regime da não cumulatividade sobre bens, serviços e insumos; (iii) Refere-se a Darf's pagos a maior referente parcela de entrada no parcelamento especial de regularização tributária - PERT. A Companhia avalia possibilidade de recuperar tal montante no ano de 2020 através de pedido de restituição ou compensação via per/dcomp.

11. Depósitos judiciais	2019	2018
Processo Administrativo - PERT (i)	3.255.567	-
Outros	18.378	18.378
	3.273.945	18.378

(i) Refere-se a discussão judicial junto a Secretaria da Receita Federal (SRF) para manutenção da empresa no programa de parcelamento especial de regularização tributária - PERT/PRT por divergência nas condições de habilitação.

12. Partes relacionadas	2019	2018
Ativo não circulante		
Conta corrente a receber		
Gás Verde S.A. (i)	4.289	4.288
São João Energia Ambiental S.A. (i)	25.924.379	18.453.712
	25.928.668	18.458.000

Passivo não circulante	2019	2018
Conta corrente a pagar		
Arcadis Logos Energia S.A. (i)	16.348.739	3.213.077
S.A. Paulista de Construções (i)	6.944.461	6.944.462
	23.293.200	10.157.539

(i) Referem-se a operações de conta corrente intercias, sem atualização monetária com prazo de vencimento indeterminado.

13. Investimentos	Gás Verde (i) São João (ii)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	1.284.662	9.073.457
Resultado da equivalência patrimonial	(1.284.662)	(6.339.115)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	4.019.004
(i) A coligada Gás Verde S.A. encerrou o ano de 2019 com patrimônio líquido à descoberto, assim a equivalência patrimonial negativa foi reconhecida até o limite do custo investido, mantendo o investimento a custo "zero". Para este investimento não foi reconhecida provisão para perdas dadas premissas previstas em lei; (ii) Investimento em processo de alienação no exercício de 2020, vide notas 1(a) e 2.		4.019.004

20. Custo operacional	2019	2018
Serviços prestados pessoa jurídica	144.514	15.773
Custos com locação	51.050	-
Manutenção preventiva/corretiva	-	200.928
Ganhos com créditos do PIS/Cofins	(86.894)	(109.313)
Custos crédito carbono	49.560	159.700
Consumo água/energia elétrica	40.252	-
Expediente	41.246	-
Demais custos	7.369	84.075
Custos dos produtos vendidos	247.097	351.163
21. Despesas administrativas e gerais	2019	2018
Despesas com pessoal	660.339	652.774
Encargos sociais sobre custos com pessoal	214.724	211.476
Benefícios aos empregados	42.878	47.094
Serviços prestados pessoa jurídica	446.758	551.413
Seguros	359.840	303.163
Despesas com locação	33.635	33.684
Provisões para contingências	600.000	-
Despesas tributárias	382.613	433.091
Outras	24.465	20.998
Despesas administrativas e gerais	2.765.252	2.253.693

social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Prejuízos acumulados:** A Companhia apurou prejuízo no exercício de 2019. Caso tivesse apurado lucro no exercício, a destinação final seria efetuada em Assembleia a ser realizada futuramente, a qual observará a adequação do saldo aos limites previstos no artigo 199 da Lei nº 6.404/76. **d) Remuneração aos acionistas:** Os acionistas terão direito a um dividendo mínimo anual correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. (se aplicável).

20. Custo operacional	2019	2018
Serviços prestados pessoa jurídica	144.514	15.773
Custos com locação	51.050	-
Manutenção preventiva/corretiva	-	200.928
Ganhos com créditos do PIS/Cofins	(86.894)	(109.313)
Custos crédito carbono	49.560	159.700
Consumo água/energia elétrica	40.252	-
Expediente	41.246	-
Demais custos	7.369	84.075
Custos dos produtos vendidos	247.097	351.163
21. Despesas administrativas e gerais	2019	2018
Despesas com pessoal	660.339	652.774
Encargos sociais sobre custos com pessoal	214.724	211.476
Benefícios aos empregados	42.878	47.094
Serviços prestados pessoa jurídica	446.758	551.413
Seguros	359.840	303.163
Despesas com locação	33.635	33.684
Provisões para contingências	600.000	-
Despesas tributárias	382.613	433.091
Outras	24.465	20.998
Despesas administrativas e gerais	2.765.252	2.253.693

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
Aos Administradores e acionistas **Biogás Energia Ambiental S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Biogás Energia Ambiental S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Biogás Energia Ambiental S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação

22. Resultado financeiro	2019	2018
Despesas financeiras		
Juros passivos	(25.333)	(7.096.004)
Outros	(2.838)	(2.051)
	(28.171)	(7.098.055)
Receitas financeiras		
Juros ativos	40	584
Aplicações financeiras	2.893	7.885
Descontos obtidos	305	766
	3.238	9.235

Resultado financeiro (24.933) (7.088.820)
23. Gestão de riscos financeiros: As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros, basicamente compostos por riscos de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco operacional e risco de capital. A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, enquanto que a alta administração da Companhia supervisiona a gestão dos mesmos. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2019 a exposição máxima da Companhia era de R\$ 269.169 referente ao caixa e equivalentes de caixa. **b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros apresentados nas demonstrações da Companhia:

Fornecedores	Até 1 ano	Até 2 anos	Total
	21.782	-	21.782
Parcelamentos tributários	82.137	213.689	295.826
	103.919	213.689	317.608

Tipicamente, a Companhia garante que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **c) Risco de mercado:** **i. Risco de taxas de juros e inflação:** o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao Certificado de depósito interbancário (CDI) e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **d) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura das controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo das controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **e) Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para os acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2019	2018
Total do passivo	25.199.372	11.709.294
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(269.169)	(269.913)
Dívida líquida (a)	24.930.203	11.082.381
Total do patrimônio líquido (b)	17.874.615	29.834.527
Relação da dívida sobre o capital (a/b)	1,39	0,37
f) Análise dos instrumentos financeiros: É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:	2019	2018
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	11.006	172
Total	11.006	172
Passivos financeiros		
Fornecedores	21.782	120.043
Total	21.782	120.043

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Aplicações financeiras e fornecedores se aproximam de seus respectivos valores contábeis, em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** A Companhia não possui empréstimos financeiros, portanto não está suscetível a riscos desta natureza. **g) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

24. Cobertura de seguros (não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de

erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as

demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 20 de abril de 2020.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2SP013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1SP166001/O-3

Senhores Acionistas: Em cumprimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em reais)						
	Nota	2019	2018		Nota	2019
Ativo				Passivo		
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	9	269.169	626.913	Fornecedores		21.782
Impostos a recuperar	10	456.110	372.452	Obrigações tributárias	15	16.834
Adiantamento a fornecedores		26.864	79.483	Parcelamentos tributários	18	82.137
Despesas antecipadas		103.002	13.092	Obrigações sociais	16	193.501
		855.145	1.091.940			314.254
Não Circulante				Não Circulante		
Depósitos judiciais	11	3.273.945	18.378	Obrigações tributárias	15	778.229
Partes relacionadas	12	25.928.668	18.458.000	Provisão de contingência	19	600.000
		29.202.613	18.476.378	Parcelamentos tributários	18	213.689
Investimentos	13	4.019.004	10.358.119	Partes relacionadas	12	23.293.200
Imobilizado	14	7.591.994	8.338.675			24.885.118
Intangível		3.281.628	3.278.709			110.157.539
		44.095.239	40.451.881			24.885.118
Total do Ativo		44.950.384	41.543.821	Patrimônio Líquido		
				Capital social	19	111.825.701
				Prejuízos acumulados		(92.074.689)
						19.751.012
						44.950.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em reais)

	Nota	Capital Social	AFAC	Ações Próprias em Tesouraria	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 1º/01/2018	21	407.228	118.802.894	(5.200.000)	(71.013.336)	87.496.786
Aumento de capital		137.931.809	(118.802.894)	-	-	19.128.915
Redução de capital		-	-	-	71.013.336	-
CANCELAMENTO de ações em tesouraria		-	-	5.200.000	(5.200.000)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(76.791.174)	(76.791.174)
Saldo em 31/12/2018	21	111.825.701	-	-	(81.991.174)	29.834.527
Prejuízo do exercício		-	-	-	(10.083.515)	(10.083.515)
Saldo em 31/12/2019	21	111.825.701	-	-	(92.074.689)	19.751.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras (em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia, constituída em 27 de outubro de 2000 na forma de sociedade por ações de capital fechado, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) a exploração de gás biológico para fins diversos; (ii) a geração e comercialização de energia elétrica; (iii) a comercialização de gás biológico e/ou de produtos dele derivados; (iv) a comercialização de quaisquer outros lútos advindos de benefícios ambientais e (v) a participação em outras sociedades que tenham objeto correlato ao da Companhia. Durante o exercício de **2019**, a exploração do Aterro Bandeirantes, conforme contrato de concessão 18/SVMA/2000, permitiu a coleta de um volume de **21.324.709 Nm³** de biogás, com teor médio de metano (CH₄) da ordem de **42,67%**, o que corresponde a uma coleta de aproximadamente **9.021.273 Nm³** de gás metano (CH₄). Deste total, aproximadamente **99,99%** foi utilizado como combustível para a geração de energia elétrica na UTE Bandeirantes e a parcela restante foi queimada nos queimadores (Flares) para destruição do gás metano. Considerando-se as emissões reduzidas no exercício de 2019, pela destruição do gás coletado e pela geração de energia de fonte renovável, a operação de Aterro Bandeirantes, a par de um total de emissões evitadas equivalente a **128.613 tCO₂**. Atualmente a UNFCC tem **556.227 CERs** disponíveis para comercialização imediata e **117.186** passíveis de certificação e emissão pela UNFCCC. A empresa possui um acumulado de **673.413** créditos de carbono (CERs). A operação dos ativos operacionais da Biogás Energia Ambiental S.A., está sendo feita pela sua controlada São João Energia Ambiental S.A. A contabilização da energia gerada pelos ativos da Biogás no setor sanitário Bandeirantes, está sendo contabilizado junto a CCEE no papel do agente cadastrado da São João. Assim, procurou-se otimizar a operação e reduzir seus custos operacionais. Atualmente encontra-se em discussão junto à Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a renovação da Concessão existente. A assinatura dessa renovação, deverá ocorrer no primeiro semestre de 2020. A fim de 2019 a Companhia decidiu alienar 100% da participação societária na controlada São João Energia Ambiental S.A. Em 28 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou contrato de compra e venda da integralidade das ações de sua controlada São João Energia Ambiental S.A. e de outros ativos do seu imobilizado, sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes. O novo controlador dará continuidade aos contratos de operação existentes. A Companhia optou por não reclassificar este investimento para o ativo disponível a venda até o momento do cumprimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda assinado entre as partes. **2. Entidades do grupo:** Segue abaixo lista das controladas e coligadas do grupo.

	2019		2018
Controladas e coligadas	Direta	%	Direta
São João Energia Ambiental S.A. (i)	Controlada	100%	Controlada
Gás Verde S.A. (ii)	Coligada	6,65%	Coligada

(i) A Companhia optou por não consolidar tal investimento por considerá-lo descontinuo, uma vez que a venda deste ativo foi comunicada na nota explicativa 1(a). (ii) Dispensa da consolidação baseado em premissas da legislação societária. **3. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis nº 6.404/76, nº 11.530/07 e nº 11.941/09 e em conformidade com o padrão de um total de emissões evitadas equivalente a **128.613 tCO₂**. Atualmente a UNFCC tem **556.227 CERs** disponíveis para comercialização imediata e **117.186** passíveis de certificação e emissão pela UNFCCC. A empresa possui um acumulado de **673.413** créditos de carbono (CERs). A operação dos ativos operacionais da Biogás Energia Ambiental S.A., está sendo feita pela sua controlada São João Energia Ambiental S.A. A contabilização da energia gerada pelos ativos da Biogás no setor sanitário Bandeirantes, está sendo contabilizado junto a CCEE no papel do agente cadastrado da São João. Assim, procurou-se otimizar a operação e reduzir seus custos operacionais. Atualmente encontra-se em discussão junto à Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a renovação da Concessão existente. A assinatura dessa renovação, deverá ocorrer no primeiro semestre de 2020. A fim de 2019 a Companhia decidiu alienar 100% da participação societária na controlada São João Energia Ambiental S.A. Em 28 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou contrato de compra e venda da integralidade das ações de sua controlada São João Energia Ambiental S.A. e de outros ativos do seu imobilizado, sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes. O novo controlador dará continuidade aos contratos de operação existentes. A Companhia optou por não reclassificar este investimento para o ativo disponível a venda até o momento do cumprimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda assinado entre as partes. **2. Entidades do grupo:** Segue abaixo lista das controladas e coligadas do grupo.

(i) A Companhia optou por não consolidar tal investimento por considerá-lo descontinuo, uma vez que a venda deste ativo foi comunicada na nota explicativa 1(a). (ii) Dispensa da consolidação baseado em premissas da legislação societária. **3. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis nº 6.404/76, nº 11.530/07 e nº 11.941/09 e em conformidade com o padrão de um total de emissões evitadas equivalente a **128.613 tCO₂**. Atualmente a UNFCC tem **556.227 CERs** disponíveis para comercialização imediata e **117.186** passíveis de certificação e emissão pela UNFCCC. A empresa possui um acumulado de **673.413** créditos de carbono (CERs). A operação dos ativos operacionais da Biogás Energia Ambiental S.A., está sendo feita pela sua controlada São João Energia Ambiental S.A. A contabilização da energia gerada pelos ativos da Biogás no setor sanitário Bandeirantes, está sendo contabilizado junto a CCEE no papel do agente cadastrado da São João. Assim, procurou-se otimizar a operação e reduzir seus custos operacionais. Atualmente encontra-se em discussão junto à Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a renovação da Concessão existente. A assinatura dessa renovação, deverá ocorrer no primeiro semestre de 2020. A fim de 2019 a Companhia decidiu alienar 100% da participação societária na controlada São João Energia Ambiental S.A. Em 28 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou contrato de compra e venda da integralidade das ações de sua controlada São João Energia Ambiental S.A. e de outros ativos do seu imobilizado, sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes. O novo controlador dará continuidade aos contratos de operação existentes. A Companhia optou por não reclassificar este investimento para o ativo disponível a venda até o momento do cumprimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda assinado entre as partes. **2. Entidades do grupo:** Segue abaixo lista das controladas e coligadas do grupo.

(i) A Companhia optou por não consolidar tal investimento por considerá-lo descontinuo, uma vez que a venda deste ativo foi comunicada na nota explicativa 1(a). (ii) Dispensa da consolidação baseado em premissas da legislação societária. **3. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis nº 6.404/76, nº 11.530/07 e nº 11.941/09 e em conformidade com o padrão de um total de emissões evitadas equivalente a **128.613 tCO₂**. Atualmente a UNFCC tem **556.227 CERs** disponíveis para comercialização imediata e **117.186** passíveis de certificação e emissão pela UNFCCC. A empresa possui um acumulado de **673.413** créditos de carbono (CERs). A operação dos ativos operacionais da Biogás Energia Ambiental S.A., está sendo feita pela sua controlada São João Energia Ambiental S.A. A contabilização da energia gerada pelos ativos da Biogás no setor sanitário Bandeirantes, está sendo contabilizado junto a CCEE no papel do agente cadastrado da São João. Assim, procurou-se otimizar a operação e reduzir seus custos operacionais. Atualmente encontra-se em discussão junto à Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a renovação da Concessão existente. A assinatura dessa renovação, deverá ocorrer no primeiro semestre de 2020. A fim de 2019 a Companhia decidiu alienar 100% da participação societária na controlada São João Energia Ambiental S.A. Em 28 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou contrato de compra e venda da integralidade das ações de sua controlada São João Energia Ambiental S.A. e de outros ativos do seu imobilizado, sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes. O novo controlador dará continuidade aos contratos de operação existentes. A Companhia optou por não reclassificar este investimento para o ativo disponível a venda até o momento do cumprimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda assinado entre as partes. **2. Entidades do grupo:** Segue abaixo lista das controladas e coligadas do grupo.

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Informática	Benefícios em 3ºs	Usina de gás	Rede de gás	Geração de energia	Linha de transmissão	Outros ativos	Total
Custo ou custo atribuído											
Saldo em 1º/01/2018	62.495	241.340	126.936	166.192	1.483	9.717.249	6.388.162	10.517.266	156.968	910	27.379.001
Adições	-	-	-	-	-	-	-	20.099	-	-	20.099
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	62.495	241.340	126.936	166.192	1.483	9.717.249	6.388.162	10.537.365	156.968	910	27.399.100
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	62.495	241.340	126.936	166.192	1.483	9.717.249	6.388.162	10.537.365	156.968	910	27.399.100
Depreciação e perdas no valor recuperável											
Saldo em 1º/01/2018	(52.400)	(131.140)	(106.590)	(153.590)	(1.483)	(9.807.584)	(6.315.192)	(1.874.486)	(24.144)	(273)	(18.266.882)
Depreciação no período	(1.716)	(11.634)	(1.879)	(3.969)	-	(13.297)	(47.790)	(702.698)	(10.469)	(91)	(793.543)
Saldo em 31/12/2018	(54.116)	(142.774)	(108.469)	(157.559)	(1.483)	(9.820.881)	(6.362.982)	(2.577.184)	(34.613)	(364)	(19.060.425)
Depreciação no período	(1.569)	(11.634)	(1.879)	(3.476)	-	(10.805)	(3.958)	(702.800)	(10.469)	(91)	(746.681)
Saldo em 31/12/2019	(55.685)	(154.408)	(110.348)	(161.035)	(1.483)	(9.831.686)	(6.366.940)	(3.279.984)	(45.082)	(455)	(19.807.106)

	2019	2018
Valor contábil	10.095	110.200
IRPJ	16.369	16.835
CSRF	465	2.643
Multa isolada - CSLL	778.229	778.229
Saldo em 31/12/2019	795.063	797.707

	2019	2018
Passivo não circulante		
Contingência trabalhista	600.000	-
	600.000	-
Refer-se a contingência referente à processo trabalhista movido contra a Companhia no ano de 2012, atualizando com probabilidade de perda provável conforme relatório dos advogados externos.		
18. Parcelamento tributário	2019	2018
INSS	146.340	227.323
IRPJ	149.486	219.386
CMS	-	-
CSRF	295.826	446.709
Circulante	82.137	77.795
Não Circulante	213.689	368.914

	2019	2018
15. Obrigações tributárias		
Federal	16.369	16.835
IRPJ	465	2.643
CSRF	778.229	778.229
Multa isolada - CSLL	795.063	797.707
Municipal		
ISS	-	84
	795.063	797.791
Passivo circulante	16.834	19.562
Passivo não circulante	778.229	778.229
16. Salários, férias e encargos sociais	2019	2018
Salários e honorários a pagar	52.222	52.154
Provisão de férias e encargos sobre férias	25.322	24.100
	77.544	76.254
Encargos sociais		
INSS	16.455	16.311
FGTS	6.151	6.106
Parcelamento previdenciário	93.351	88.541
	115.957	110.958
	193.501	187.212

	2019	2018
17. Provisões de contingência		
Contingência trabalhista	600.000	-
	600.000	-

Refer-se a contingência referente à processo trabalhista movido contra a Companhia no ano de 2012, atualizando com probabilidade de perda provável conforme relatório dos advogados externos.

	2019	2018
18. Parcelamento tributário	2019	2018
INSS	146.340	227.323
IRPJ	149.486	219.386
CMS	-	-
CSRF	295.826	446.709
Circulante	82.137	77.795
Não Circulante	213.689	368.914

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em reais)						
	Nota	2019	2018		Nota	2019
Passivo				Passivo		
Circulante				Circulante		
Fornecedores		21.782	120.043	Fornecedores		21.782
Obrigações tributárias	15	16.834	19.562	Obrigações tributárias	15	16.834
Parcelamentos tributários	18	82.137	77.795	Parcelamentos tributários	18	82.137
Obrigações sociais	16	193.501	187.212	Obrigações sociais	16	193.501
		314.254	404.612			314.254

	Nota	2019	2018		Nota	2019
Não Circulante				Não Circulante		
Obrigações tributárias	15	778.229	778.229	Obrigações tributárias	15	778.229
Provisão de contingência	19	600.000	-	Provisão de contingência	19	600.000
Parcelamentos tributários	18	213.689	368.914	Parcelamentos tributários	18	213.689
Partes relacionadas	12	23.293.200	10.157.539	Partes relacionadas	12	23.293.200
		24.885.118	110.304.682			24.885.118
Patrimônio Líquido				Patrimônio Líquido		
Capital social	19	111.825.701	111.825.701	Capital social	19	111.825.701
Prejuízos acumulados		(92.074.689)	(81.991.174)	Prejuízos acumulados		(92.074.689)
		19.751.012	29.834.527			19.751.012
		44.950.384	41.543.821			44.950.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Capital Social	AFAC	Ações Próprias em Tesouraria	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 1º/01/2018	21	407.228	118.802.894	(5.200.000)	(71.013.336)	87.496.786
Aumento de capital		137.931.809	(118.802.894)	-	-	19.128.915
Redução de capital		-	-	-	71.013.336	-
CANCELAMENTO de ações em tesouraria		-	-	5.200.000	(5.200.000)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(76.791.174)	(76.791.174)
Saldo em 31/12/2018	21	111.825.701	-	-	(81.991.174)	29.834.527
Prejuízo do exercício		-	-	-	(10.083.515)	(10.083.515)
Saldo em 31/12/2019	21	111.825.701	-	-	(92.074.689)	19.751.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras (em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia, constituída em 27 de outubro de 2000 na forma de sociedade por ações de capital fechado, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) a exploração de gás biológico para fins diversos; (ii) a geração e comercialização de energia elétrica; (iii) a comercialização de gás biológico e/ou de produtos dele derivados; (iv) a comercialização de quaisquer outros lútos advindos de benefícios ambientais e (v) a participação em outras sociedades que tenham objeto correlato ao da Companhia. Durante o exercício de **2019**, a exploração do Aterro Bandeirantes, conforme contrato